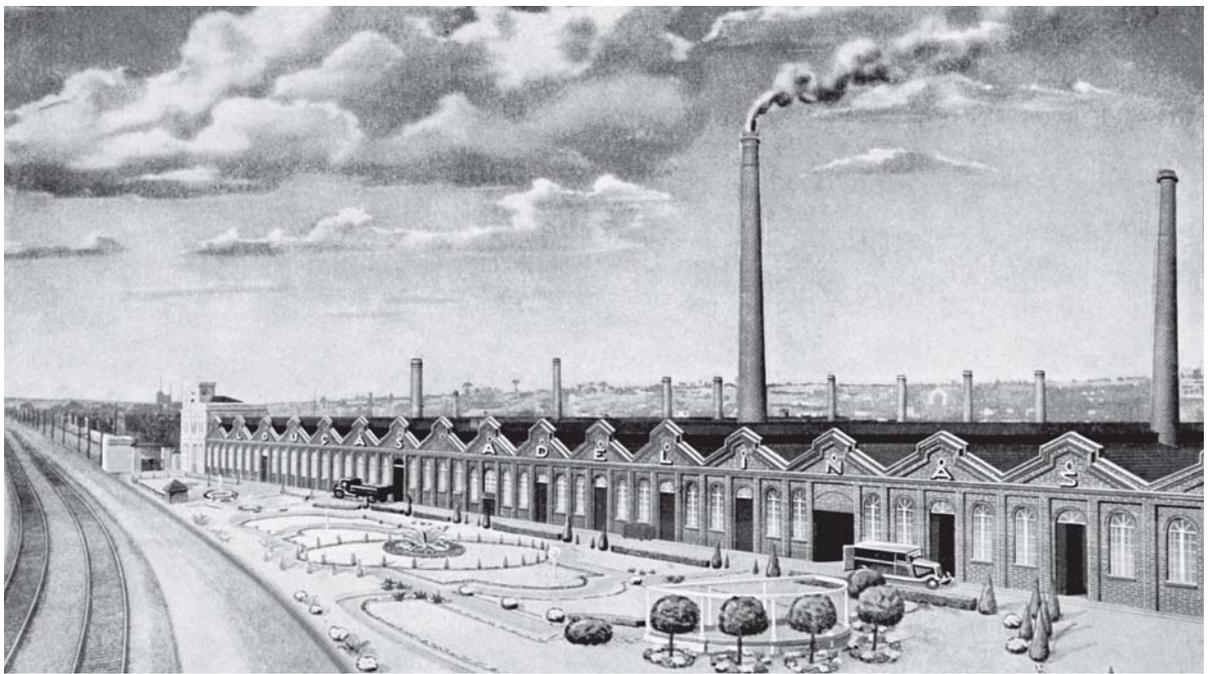


PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO BRASIL

| Entrevista com Silvana Rubino e Cristina Meneguello | por Maria Cristina Schicchi

Professora doutora
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo
CEATEC PUC-Campinas



“Vista lateral e Jardim da Fábrica de Louças ‘Adelinas’ - São Caetano, SPR - S. Paulo”. Fonte: Fábrica de Louças “Adelinas”, Catálogo Geral. São Paulo: s.n., jan./1935. Acervo da Fundação Pró-Memória de São Caetano.*

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO BRASIL

Entrevista com Silvana Rubino e Cristina Meneguello

O I Encontro em Patrimônio Industrial ocorrido de 17 a 20 de novembro de 2004 na Unicamp – com organização do Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial e realizado pelas pesquisadoras Silvana Rubino, doutora em Ciências Sociais, e Cristina Meneguello, doutora em História, ambas docentes e pesquisadoras do Departamento de História da Unicamp – representou um passo importante na consolidação da discussão da preservação dos vestígios materiais do processo de industrialização no Brasil.

Consoante aos congressos do The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH), esse encontro possibilitou o conhecimento de pesquisas, levantamentos oficiais e da discussão recente sobre os critérios de preservação dos remanescentes desse período que imprimiu profundas mudanças nas cidades brasileiras.

A entrevista que se segue foi pautada, em vários aspectos, por um documento aprovado na última reunião do TICCIH, que se realizou em Nizhny Tagil, cuja tradução, realizada pela Profa. Cristina Meneguello, anexamos ao final.

O período entre os anos 1960 e 1980 foi marcado por profundas mudanças em nossas cidades, particularmente em nossas metrópoles que tiveram um crescimento populacional e grandes intervenções em suas estruturas urbanas, como decorrência de novas demandas econômicas e sociais. Nesse processo, muitas das antigas estruturas e infra-estruturas criadas para o desenvolvimento industrial, num período imediatamente anterior, se tornaram obsoletas diante da imposição de novos padrões urbanísticos e tecnológicos adotados internacionalmente. Aos primeiros sinais de substituição e desaparecimento dessas antigas estruturas – que no nosso caso recaiu principalmente na desativação da infra-estrutura ferroviária, substituída pela rodoviária, e na

entrada de capitais multinacionais na produção, superando processos locais ou “tradicionais” de produção e comercialização – já havia uma preocupação com a necessidade e importância da preservação desse patrimônio, ainda sem denominação própria, e que passou a sofrer a mesma ameaça de destruição que os monumentos, construções e objetos de um passado mais remoto sofreram no início do processo de modernização de nossas cidades. Por que apenas nesse momento se organizou o primeiro encontro sobre Patrimônio Industrial no Brasil?

SILVANA RUBINO Penso que a organização dos grupos institucionais para a preservação de qualquer patrimônio (do industrial ao ambiental) responde em alguma medida a condições objetivas, digamos, como as que você enumerou. Mas responde também a um certo estado de debate interno ao campo. Talvez essa preocupação mais esparsa precisasse encontrar um momento de reflexão sobre o patrimônio no Brasil, alguns interessados com capacidade de organização. Um exemplo disso foi alguma dificuldade nossa na obtenção de recursos, era como se estivéssemos propondo uma área que não existisse. Por outro lado, a quantidade e qualidade os trabalhos recebidos testemunharam que a maturidade dessa área era evidente.

CRISTINA MENEGUELLO Concordo com Silvana, e acrescento que encontros no tema ocorrem há tempos já, abrigados dentro de outros eventos ou como encontros de pesquisadores. Para mencionar apenas a cidade de São Paulo, há que se lembrar, por exemplo, dos encontros promovidos pelo departamento de patrimônio histórico da Eletropaulo, ocorridos na década de 1980. No entanto, não conseguimos encontrar iniciativas anteriores, em nível nacional, dedicadas exclusivamente ao tema patrimônio industrial.

Qual a importância desse evento no contexto dos encontros do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio

Industrial (TICCIH) e que perspectivas efetivas podemos esperar desse desdobramento em relação à preservação do patrimônio industrial no Brasil diante das políticas atuais de preservação?

CRISTINA MENEGUELLO Acredito que chegamos a um ponto em que não fazia mais sentido o Brasil estar excluído de uma atuação mais efetiva junto ao TICCIH. As condições estavam todas dadas, mas muitas vezes é necessária apenas uma faísca, um início... e, se for para renarrar essa história recentíssima, sem obliterar tantos esforços anteriores, eu diria que essa “faísca” foi dada pelo historiador Paulo Fontes, autor de uma tese sobre a indústria Nitro-Química, e que procurou organizar um grupo composto por acadêmicos e também por cidadãos, que se reuniram por cerca de um ano na Escola de Sociologia e Política em São Paulo. Foi nesse grupo, composto desde o princípio por Paulo Fontes, Ronaldo André Rodrigues – que aderiu desde o início com entusiasmo, Henrique Vichnewski, Leonardo Mello, eu, a Silvana, Telma Correia, Gabriela Campagnol, também extremamente ativa, e composto por pessoas que infelizmente não podem mais estar conosco, como Moema Gontijo e Philipp Gunn – e me desculpo se estiver esquecendo alguém – enfim, foi nesse grupo que nasceu a idéia de realizar o encontro e sediá-lo na Unicamp, que por sua vez nos deu amplo apoio. Foi no encontro que tornamos oficial e pública a fundação do Comitê Brasileiro. No encontro, do qual participaram a representante do TICCIH na América Latina, Belém Oviedo, e o representante do TICCIH em Portugal, Prof. José Lopes Cordeiro, ficou claro que o TICCIH aguardava, ansioso, essa iniciativa por parte do Brasil.

SILVANA RUBINO Penso que um encontro tem um papel de troca de experiências e conhecimento, o que por si já o justifica. Mas também é preciso assinalar que a própria existência do comitê e a divulgação dos

resultados do encontro por meio do livro eletrônico que editamos ajudam a informar as políticas de preservação que há nessa (nem tão) nova vertente que também pode ser explorada. Os conselhos de patrimônio podem se beneficiar da ação desses grupos como o TICCH, dialogar com eles. Pode ser um bom desdobramento a esperar.

A criação de instâncias específicas de discussão do patrimônio industrial a partir de uma perspectiva dada, num primeiro momento, pelos países europeus coloca uma questão fundamental, que é a de se deve ou não haver uma abordagem distinta desse período – dado que a Revolução Industrial e seus desdobramentos representaram uma mudança radical no modo de vida das pessoas e na configuração das cidades – ou se este deve ser apenas um recorte cronológico no estudo das mudanças das técnicas e procedimentos do fazer humano. Exemplar nesse sentido é a discussão da arqueologia sobre a adequação do uso do termo “arqueologia industrial” para denominar esse campo de estudo em comparação à denominação “arqueologia moderna e contemporânea”. Em relação a essa questão, haveria alguma distinção a ser feita quanto aos processos ocorridos nos países dependentes e de alinhamento cultural mais recente como o nosso, desenvolvidos basicamente a partir de contínuas transposições de tecnologias e modelos de implantação de equipamentos industriais nas cidades?

SILVANA RUBINO Desde os anos 1930, todo debate nas áreas da preservação passa, em alguma medida, por trocas com experiências de outros países, o que se tornou mais visível com as cartas patrimoniais, o estatuto do patrimônio da humanidade e com a formação de grupos articulados como o Docomomo e a próprio TICCIH, dentre muitos. Se, de um lado, a experiência inglesa na preservação e estudo do patrimônio industrial pode remeter ao lugar da Revolução Industrial, como uma predestinação (o que não deixa de fazer um certo sentido), é preciso lembrar que o debate a respeito do que fazer e como

estudar as estruturas passadas vem de mais tempo naquele país. De outro lado, em um país como o México, o debate a respeito do patrimônio industrial está bastante avançado. No I Encontro, o professor Edgar de Decca estabeleceu relações bastante instigantes entre a construção dessa preocupação quanto ao patrimônio industrial e os debates no campo da história social, novos olhares sobre o trabalho humano e sua cultura material. Um dado curioso é que terminamos o encontro convencidos mesmo de que há um *patrimônio industrial imaterial*, um saber fazer ligado à máquina e seu manejo, aos processos produtivos, e que esse saber, assim como outros saberes, requer registro.

Ainda nesse sentido, haveria alguma especificidade na discussão do legado dos processos de industrialização das cidades latino-americanas, uma vez que nessas o papel do Estado, o das instituições e a estruturação das instâncias de representação política se desenvolveram concomitantemente ao processo de implantação e consolidação do desenvolvimento industrial?

CRISTINA MENEGUELLO Não sei se é essa a especificidade que diferencia o patrimônio industrial latino-americano... O que vejo no caso dos nossos países é um processo de desindustrialização, se comparado com o europeu, muito mais recente, e, ao mesmo tempo, um processo de crescimento das cidades tão veloz, tão voraz, que muitos parques industriais, antes localizados perifericamente, estão hoje em meio à trama urbana. Ou seja, temos uma situação histórica peculiar, mas o legado e a necessidade da valorização do trabalho, da experiência humana do trabalho, eu os vejo como universais.

Na última conferência realizada pelo TICCIH na Rússia, em 2003, foi apresentado e aprovado pelos participantes um documento, a “Carta para o Patrimônio Industrial”, numa clara sinalização de que é chegado o momento de concen-



Galpão e chaminé da “Fábrica de Louças RR”, de Osasco-SP, fotografados pela família Ranzini em 1946. Reprodução de original cedida pela família ao Grupo de Estudos de Faianças e Porcelanas do Serviço de Objetos do Museu Paulista/USP. *

trar esforços e, principalmente, definir diretrizes gerais internacionais a serem seguidas por todos os países e entidades associados. Nesse documento, além de um parâmetro temporal para o que se consideraria “patrimônio industrial” que abrange da segunda metade do século XVIII até os nossos dias, com visadas nas raízes que antecedem esse período, definiu-se também o elenco de vestígios da cultura industrial de valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. A descrição extremamente abrangente dos aspectos pertinentes à discussão coloca duas questões de ordem diferente, principalmente para os países europeus: a primeira é o questionamento de se realizar inventários e levantamentos dos bens apenas como registro e pretender encerrar aí as estratégias de preservação sem o estabelecimento dos nexos necessários para a compreensão dos sistemas em que esses estão inseridos; e a segunda, essa mesma abrangência leva a um questionamento de propósito, também presente na discussão da preservação da arquitetura moderna e contemporânea quando pensadas isoladamente dos contextos geradores, e em ambos os casos parece não haver consenso sobre a necessidade de abordagem distinta do patrimônio desses períodos históricos. No caso brasileiro,

e talvez extensivo aos países latino-americanos, em que estágio se encontra essa discussão?

SILVANA RUBINO Claro que o inventário pode ir além do mero registro, mas o registro já é uma possibilidade de preservação, se pensarmos que não se pode guardar tudo o que o homem produziu de material e imaterial. Como a Françoise Choay sublinha bem em seu *Alegoria do patrimônio*, esse foi sendo ampliado temporal e espacialmente, incluindo novas (às vezes nem tão novas, mas haviam sido deixados de lado) possibilidades como a arquitetura moderna, o patrimônio imaterial, o patrimônio imaterial. Mas, se, de um lado, foi essa “antropologização” do patrimônio que permitiu tais inclusões, de outro, ela recoloca, mais do que nunca, o problema da seleção do que precisa e pode permanecer, e os apagamentos que terminaremos por propor ou permitir. Não dá mesmo para pensar num consenso, mas na construção difícil de sempre, grupos divergentes debatendo. Se pensarmos nessas questões especificamente para o patrimônio industrial, é ainda mais complicado, há uma urgência, pois estruturas industriais estão de fato ameaçadas e é um

patrimônio mais jovem. Quanto aos nexos necessários para uma melhor compreensão desse patrimônio, estamos de acordo, claro. O inventário não pode se resumir a uma fúria catalogação, digamos assim. Mas um inventário bem feito, com método e perguntas interessantes é mais do que isso.

Ainda nesse sentido, a Carta de Nizhny Tagil define que as razões que justificam a proteção do patrimônio industrial decorrem essencialmente do valor universal desse patrimônio e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais, com menção aos exemplares raros ou mais antigos como um valor especial para a preservação. Como podemos estabelecer essa gradação de valor, ou seja, do singular ao universal, no caso do patrimônio industrial no Brasil, que, embora decorrente de processos econômicos internacionais, sofreu limitações e adaptações de toda ordem?

CRISTINA MENEGUELLO Da forma como a entendo, a carta de Nizhny Tagil procura, em poucas palavras, definir e criar uma metodologia para a identificação do patrimônio industrial... Ainda assim, não vejo um caráter universalista na carta... pois menciona a questão da aceitação e compreensão local da importância do patrimônio, da comunidade local e de sua importância na preservação. Fala também do desamparo da comunidade local, inclusive econômico, perante complexos industriais que, ante sua base de sustentação, tornam-se obsoletos... Claramente, e o que me chama a atenção em especial na Carta é o item III da Parte 2, que diz "III Esses valores são intrínsecos ao sítio, sua estrutura, seus componentes, máquinas e disposição na paisagem industrial, à documentação escrita e também aos registros intangíveis da indústria, existentes nas memórias e nos hábitos das pessoas". É esse patrimônio, entendido como processo e como encontro e confronto entre homem, máquina e técnica, que torna o patrimônio industrial tão peculiar.

Como se chegou à definição das quatro sessões de trabalho – 1. Arqueologia Industrial, 2. Arquitetura e preservação do patrimônio, 3. Industrialização, memória e trabalho e 4. Espaços de moradia – neste primeiro encontro brasileiro e quais as principais conclusões de cada uma?

SILVANA RUBINO As quatro sessões foram em parte definidas a partir do material recebido, das recorrências, das aproximações que pudemos observar. Como já assinalamos, as preocupações eram diversas e dispersas: não tínhamos tanta idéia assim da resposta! De certo modo, a diversidade dos trabalhos recebidos ajudou a evidenciar o que estávamos chamando de patrimônio industrial.

CRISTINA MENEGUELLO Exato... E o que foi mais interessante, ao longo do encontro, foi ver aproximações entre as quatro sessões que, como quase sempre ocorre, nem sequer a organização do evento havia vislumbrado... A divisão foi, podemos dizer, mais formal que oficial...

Observando os outros encontros realizados nos países membros, principalmente nos últimos cinco anos, e os congressos oficiais do TICCIH, que se realizam a cada três anos, é possível constatar uma distinção na forma de definir as sessões de trabalho, aliás, prevista pela própria organização internacional. Parece que no caso dos encontros intermediários, a ênfase recai sobre questões em discussão no país sede do evento e/ou reflete os setores que sofreram avanço na organização com efetivos resultados obtidos. Como exemplo, podemos citar o próximo encontro a ser realizado no Chile, que coloca em discussão os "sítios, museus e casos" (nesses são incluídas as intervenções e reutilizações do patrimônio industrial). Num outro sentido, os congressos do TICCIH deixam transparecer em sua formulação não só a procura de uma síntese dos avanços apontados nos encontros intermediários, como também uma amplitude, diversificação e especialização das sessões temáticas, como se pode constatar na chamada de trabalhos para o próximo encontro a ser realizado em 2006, em

Terni, na Itália. Como vocês vêem essa amplitude e ao mesmo tempo especialização cada vez maior dos temas? Estamos diante de um novo campo de conhecimento?

CRISTINA MENEGUELLO É, sem dúvida, um novo campo de conhecimento. Os museus de história da técnica e da tecnologia, a criação de rotas de visita-ção turística, como aquelas no norte da Inglaterra ou em toda a região da Catalunha, a expansão de cursos de graduação em conservação de bens culturais com ênfase em patrimônio industrial, como em Padova ou em Sevilha, tudo isso indica que o patrimônio industrial é um campo para arquitetos, urbanistas, historiadores, sociólogos, arqueólogos... A especialização é uma consequência lógica. Mas eu acredito que os temas gerais, de definição, de problematização e de metodologia deveriam orientar os encontros internacionais. Agora, em outubro de 2005, tive a oportunidade de participar do Encontro Nacional de Patrimônio Industrial na cidade de Rijeka (antigo Fiume), na Croácia, e foi revelador ver como os países do Leste europeu, como Croácia, Eslovênia, Romênia, Rússia, estão requalificando seu patrimônio industrial, visto que enfrentam dificuldades econômicas que poderiam, guardadas as óbvias proporções, ser comparáveis às de um país como o nosso, e ainda agravadas por guerras e conflitos internos recentes. Um dos temas que mais me encantaram foi ver como se discutiu certa dimensão estética do patrimônio, das suas máquinas e engrenagens, de seus equipamentos. Para manter-me nesse exemplo, a cidade de Rijeka vem incorporando a seu tecido urbano uma série de “monumentos”, como fontes, por exemplo, criadas a partir de mecanismos e máquinas desativadas... Ou seja, adicionam ou conseguem “enxergar” uma dimensão estética pura naqueles mecanismos, como testemunhos do trabalho humano, como atributos inseparáveis da sociedade industrial. Não estou certa se o “megaevento” de Terni, pela sua própria dimensão

que contrasta com a especialização proposta, incentivará esses olhares sobre o patrimônio.

A Carta do Patrimônio Industrial, entre outros aspectos, aponta para a necessidade de ampliar o conhecimento desse patrimônio entre a população leiga, inclusive entre a própria população que em seu cotidiano vive diretamente ligada à produção industrial, e ressalta a importância de participação das comunidades no reconhecimento e conservação desse patrimônio. Essas questões estiveram presentes na pauta de discussões do I Encontro em Patrimônio Industrial realizado em Campinas? Quais as perspectivas, conclusões e recomendações do encontro a esse respeito?

SILVANA RUBINO Bem, no encontro nós não chegamos a escrever uma “carta de Campinas”... mas participamos da fundação de um comitê nacional, vinculado ao TICCH. Ainda é preciso atrair mais pessoas, debater mais antes de termos algo conclusivo.

CRISTINA MENEGUELLO Aliás, a “Declaração de Campinas” até existe, produzida no final da década de 1980 pelo Grupo de Estudos de História da Técnica, que era sediado pelo Centro de Memória da Unicamp, e que tinha entre seus signatários, por exemplo, o prefeito Toninho. Mas, sabe que não seria uma má idéia, em um próximo encontro, convencionar parâmetros, não digo para a preservação, pois a Carta de Nizhny Tagil faz esse serviço, mas criar as condições, em comum acordo, para a produção do primeiro relatório nacional das condições do patrimônio industrial brasileiro; ou seja, criar de comum acordo as bases para o primeiro inventário nacional, unindo iniciativas de valor, que hoje estão todas dispersas, e criando novas iniciativas, onde necessário.

Outra recomendação importante nessa mesma carta é a de que os estudos e políticas de preservação do patrimônio industrial englobando todos os vestígios da cultura indus-

trial sejam inseridos nas “políticas econômicas e de desenvolvimento assim como na planificação regional e nacional”, apontando para a criação de organismos de consulta especializados que possam instruir tais políticas e planos. Considera ainda que a adequada reutilização das estruturas espaciais e paisagens decorrentes dos processos industriais que hoje estão desativadas ou obsoletas são elementos que podem desempenhar um importante papel na regeneração econômica de regiões e setores urbanos em declínio, bem como contribuir para o desenvolvimento sustentável desses. Como vocês vêem essa questão particularmente em relação às nossas cidades e os exemplos recentes de reutilização e reabilitação do nosso patrimônio industrial?

CRISTINA MENEGUELLO Essas sugestões da Carta de Nizhny Tagil são absolutamente sensatas, mas trazem à tona um antigo problema da preservação do patrimônio no Brasil, já comentada há tantos anos por Augusto Silva Telles em um texto na *Revista do Iphan*: a fragilidade dos órgãos de preservação municipais e estaduais perante as pressões da especulação imobiliária. E, veja, naquele texto, Telles se referia à preservação de centros históricos. Eu acrescento vários agravantes no caso do patrimônio industrial: a dimensão das estruturas industriais a serem preservadas – verdadeiros elefantes brancos em meio às cidades; o olhar pouco condescendente

de mídia e população para com esses lugares, que são, podemos dizer, desprovidos do *glamour* de um antigo teatro ou do casarão de um barão de café. Como preservar aquilo que incomoda, ocupa espaço e é – entre aspas, naturalmente – “feio”? E qual o partido a adotar: requalificar de forma a se desvincular dos usos originais – a transformação da indústria Brasital em Salto em uma faculdade particular, a estação ferroviária de Campinas transformada em “complexo cultural”, assim como se deu na região portuária de Porto Alegre ou de Santos, a Fábrica de Pontas de Florianópolis transformada num supermercado... Eu me pergunto, não deviam esses locais, ao menos parte deles, aludir ao mundo do trabalho, às técnicas e rotinas de produção industrial, para deixarem de ser meras “cascas”?

Qual a agenda futura de encontros nacionais e que questões despontam como mais urgentes nessa discussão?

CRISTINA MENEGUELLO Na minha opinião, uma única e urgentíssima questão: a criação do inventário nacional de patrimônio industrial.

SILVANA RUBINO Estou de pleno acordo: não podemos mais adiar essa tarefa, o inventário é um momento crucial da prática preservacionista, e isso é tão mais pertinente para um patrimônio que muitos não consideram como tal.

* PEREIRA, José Hermes Martins. *As fábricas paulistas de louça doméstica: proposta de estudo tipológico na área de Patrimônio Industrial*. In: Anais do I Encontro de Patrimônio Industrial. Campinas: IFCH-Unicamp, 2004.